

Teoria e história: uma relação tensionada

Marcia M. D'Alessio, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Resumo: Existe uma tensão entre Teoria e História: “[...] a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular” (Aristóteles, 2007, 43). Esta afirmação de Aristóteles talvez tenha sido a primeira indicação da referida tensão entre as duas formas de conhecimento: a histórica e a teórica. Na citação acima, a filosofia é a referência de um pensamento hierarquicamente superior, sendo que sua legitimação enquanto tal passa pela universalidade de suas verdades. É importante salientar que a poesia nesta reflexão aristotélica é uma forma de conhecimento, embora difira da história no que concerne à matéria do conhecido: na primeira, o fato poderia ter acontecido; na segunda, aconteceu. Porque aconteceu, o fato é singular, e o que poderia ter acontecido cai no âmbito do universal. Neste sentido, a chave para a compreensão da tensão entre história e teoria é a universalidade ou singularidade do conhecimento adquirido: “[...] é evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso [...]. Diferem entre si porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido” (Aristóteles, 2007, 43). Ao situar a história em nível menos elevado que a poesia, Aristóteles parece ter suscitado em pensadores contemporâneos a ideia da distinção entre conhecimento histórico e conhecimento teórico. O presente estudo versa sobre a natureza do conhecimento histórico e seus impasses metodológicos no uso dos referenciais teóricos necessários às suas indagações fundamentais.

Palavras-chave: teoria, história, historiografia, singularidade, universalidade

Abstract: There is a tension between Theory and History: “[...] poetry is more philosophical and of a higher character than history, because poetry remains in the universal sphere whilst history studies only the particular” (Aristotle, 2007: 43). This statement of Aristotle was perhaps the first indication of that tension seen between these two forms of knowledge: historical and theoretical. In the quote above, philosophy is the reference of a thought hierarchically higher, and its legitimacy as such involves the universality of its truths. Additionally, it is of paramount importance to state that poetry in this aristotelian reflection is considered a form of knowledge, although differing from history regarding the matter of the ‘known’: in the first one, the fact could have happened, while in the second it certainly happened. And as it happened, the fact is singular, and what could have happened falls into the universal sphere. In this sense, a key to understand the tension mentioned above is the uniqueness and the universality of the knowledge acquired: “[...] It is clear that it is not up to the poet to narrate exactly what happened, but what could have happened, ‘the possible’, in accordance with the likelihood or necessity. The historian and the poet are not distinguished from each other by the fact of the first write in prose and the second in verse [...]. They differ from each other because one wrote what happened and what else could have happened” (Aristotle, 2007: 43). By situating the history in a lower level in comparison with poetry, Aristotle seems to have aroused in contemporary thinkers the idea of the distinction between historical knowledge and theoretical knowledge. This study deals with the nature of historical knowledge and their methodological difficulties in the use of theoretical frameworks, which are necessary to address their fundamental questions.

Keywords: Theory, History, Historiography, Uniqueness, Universality

Conhecimento histórico, conhecimento teórico

Este texto pretende refletir sobre a especificidade do conhecimento histórico determinada pela natureza da matéria examinada, qual seja, fatos/fenômenos construídos nas e pelas relações socio-humanas, que, por serem singulares e irreproduzíveis, dificultam as generalizações necessárias à construção de conceitos e teorias. Nesse sentido, existe uma tensão entre Teoria e História: “[...] a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história,



porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular” (Aristóteles, 2007: 43).

Esta afirmação de Aristóteles talvez tenha sido a primeira indicação da referida tensão entre as duas formas de conhecimento: a histórica e a teórica¹. Na citação acima, a filosofia é a referência de um pensamento hierarquicamente superior, sendo que sua legitimação enquanto tal passa pela universalidade de suas verdades. A partir daí, Aristóteles classifica a poesia em relação à história. É importante salientar que a poesia nesta reflexão aristotélica é uma forma de conhecimento, embora difira da história no que concerne à matéria do conhecido: na primeira, o fato poderia ter acontecido; na segunda, aconteceu. Justamente porque aconteceu, o fato é singular, e o que poderia ter acontecido cai no âmbito do universal. Neste sentido, a chave para a compreensão da tensão entre história e teoria é a universalidade ou singularidade do conhecimento adquirido:

[...] é evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso [...]. Diferem entre si porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. (Aristóteles, 2007: 43)

Ao situar a história em nível menos elevado que a poesia, Aristóteles parece ter suscitado em pensadores contemporâneos a ideia da distinção entre conhecimento histórico e conhecimento teórico. Ao primeiro Ernest Nagel e Jean Piaget atribuíram especificidades em relação ao segundo na construção e na natureza de sua cientificidade.

Segundo Nagel (1976), é bastante conhecida a diferença que se costuma fazer entre dois tipos de ciências: as nomotéticas e as ideográficas. As nomotéticas são generalizantes, ou seja, criam leis que abarcam e explicam múltiplos fenômenos considerados repetíveis, portanto trabalham com um grau significativo de abstração. As ideográficas observam fenômenos singulares, únicos, aqueles que não se repetem. As ciências naturais são tidas como nomotéticas, enquanto a História é classificada como ciência ideográfica.

Embora reconheça diferenças no resultado das pesquisas em uma e outra forma de conhecimento, quando mostra a forte presença de nomes, lugares e datas nos estudos históricos, dados ausentes nos estudos generalizantes, o autor reconhece também aproximações ao argumentar no sentido da impossibilidade de se construírem leis e teorias sem nenhuma referência empírica e da necessidade de algum nível de abstração na descrição de fatos e/ou fenômenos, evidenciada até mesmo pelo “emprego de nomes comuns e de termos descritivos gerais” (Nagel, 2008). É como admitir que o saber, em algum patamar, necessita de uma linguagem comum. No entanto, adverte, ainda que o historiador se utilize de conceitos generalizantes, ele não os estabelece, ao contrário das ciências teóricas, que certamente desempenham essa função.

Jean Piaget (1976: 30-34), ao discutir o mesmo tema, qual seja, a natureza das formas de conhecimento científico, também destaca as diferenças entre as ciências “nomotéticas” e aquelas que chama ciências históricas, utilizando argumentos muito próximos daqueles do autor acima referido.

As nomotéticas, também para Piaget, são ciências que se preocupam em generalizar situações e construir leis, e são classificadas como tais não apenas as áreas de conhecimento possíveis de serem matematizadas (quantificadas matematicamente), mas disciplinas da área de humanas, como a sociologia, a etnologia, a psicologia, a linguística. Pode-se argumentar que a psicologia, por exemplo, examina situações individuais, ao que o autor provavelmente

¹ Esta ideia teve como inspiração o texto de Ernest Nagel, *Ciências Nomotéticas e Ciências Ideográficas*, como ficará claro no decorrer desta exposição. Foi também por meio de referido texto que se teve o primeiro contato com a frase de Aristóteles citada no início desta reflexão.

responderia que, ainda que o objeto investigado seja um caso individual, ele poderá ser comparado a outros e, a partir daí, classificado, o que configura uma busca de generalização.

As históricas são as ciências que enxergam os fenômenos da vida coletiva em sua temporalidade, em cada uma de suas dimensões ou na articulação de várias dentre elas, o que supõe, para ele, a diacronia, ou seja, a sucessão progressiva dos fatos/fenômenos, não no sentido de melhoria, mas no sentido do antes e do depois.

Não obstante, o autor reconhece a prática da diacronia mesmo em ciências nomotéticas; neste sentido, o que pode aparecer como apenas uma sutil diferença entre as duas formas de conhecimento, no que concerne à adoção da diacronia, vem a ser, em verdade, uma dessemelhança importante. Com efeito, quando uma ciência nomotética coloca seu objeto numa sequência diacrônica, mostra Piaget (1976: 31), fá-lo geralmente buscando a repetição no tempo, o que pode demonstrar semelhança ou diferença entre as variáveis; assim sendo, “o objetivo principal permanece sendo a procura de leis, sob a forma de ‘leis do desenvolvimento’”. Ao contrário, a diacronia, a serviço da ciência histórica, não leva à descoberta de variáveis para a elaboração de leis, o que implicaria abstração, mas ao reconhecimento da singularidade dos fatos/fenômenos concretos.

Cioso de não estabelecer uma separação estanque entre as duas formas de conhecimento, o autor adverte que uma tem necessidade da outra, diferindo, entretanto, em suas orientações:

à abstração necessária das primeiras [nomotéticas] corresponde a restituição do concreto nas segundas [históricas], e esta é uma função tão primordial no conhecimento do homem como a outra, mas uma função distinta do estabelecimento das leis. (1976: 34)

Interessa à presente reflexão destacar ainda outra característica das ciências nomotéticas considerada fundamental por Piaget: trata-se da prática da experimentação, que também as diferencia das ciências históricas, pois estas, obviamente, não podem passar por nenhum experimento. Parece ser legítimo supor que o historiador “substitui” esta “lacuna” do conhecimento histórico pela ênfase dada à dimensão empírica da investigação realizada nas fontes documentais. Porém, deve-se dizer que esta hipótese só é admissível se se considerarem, de um lado, as exigências de cientificidade da história a partir do fim do século XIX (que se mantêm em toda a primeira metade do século XX) e, de outro lado, o conceito de ciência vigente naquele momento da história do conhecimento.

A cientificação da História

A se acreditar na hipótese de Aristóteles ter inaugurado uma inquietação em torno da tríade “arte–filosofia–história”, no que concerne à construção de abordagens do real, com mais razão tem-se que assinalar a mesma discussão suscitada pelos historiadores do século XIX, a exemplo dos precursores da proposta de cientificação da história, como os alemães Ranke (1795-1886) e Droysen (1808-1884). Situados num tempo no qual a filosofia elabora grandes sistemas de explicação histórica –basta pensar em Kant e Hegel–, os historiadores alemães do século XIX, ainda que hesitantes entre esses campos do conhecimento, colocam em suas propostas o deslocamento do saber histórico das ideias para a concretude da vida real. Diz Ranke:

A História se diferencia das demais ciências porque ela é, simultaneamente, uma arte. Ela é ciência na medida em que recolhe, descobre, analisa em profundidade; e arte na medida em que representa e torna a dar forma ao que é descoberto, ao que é apreendido [...]. Enquanto ciência, ela se aproxima da Filosofia; enquanto arte, da poesia. A diferença está no fato de que Filosofia e poesia, de maneira análoga, se movimentam no plano das ideias, enquanto a História não tem como prescindir do plano do real. (Ranke *apud* Martins, 2010: 202)

O conhecimento histórico assim estabelecido vai introduzir enfaticamente a empiria como procedimento metodológico fundamental. É por meio dela que se atinge o real desejado. Dito de outra forma, a empiria é o instrumento que possibilita à história atingir o patamar de ciência:

Não por suas possibilidades, mas sim por causa de seu próprio material, dado e condicionado pela empiria, é que a História se diferencia da poesia e da Filosofia. Ela associa as duas em um terceiro elemento que lhe é peculiar. A História não é nem uma coisa nem outra, ela promove a síntese das forças espirituais atuantes na poesia e na Filosofia sob a condição de que tal síntese passe a orientar-se menos pelo ideal –com o qual ambas se ocupam– que pelo real. (Ranke *apud* Martins, 2010: 202)

Trata-se de um momento da história da historiografia no qual os historiadores buscam insistentemente uma identidade para o conhecimento histórico; para tanto, usam a filosofia como alteridade para a sua própria autodefinição. Nesse movimento já é detectado um vício fartamente denunciado na segunda metade do século XX, qual seja, o de submeter os fatos concretos a *a priori* teóricos, fator que diferencia, para os alemães do século XIX, a filosofia da história:

Daí resulta que o filósofo, partindo de um lugar completamente diferente, de uma verdade descoberta de uma maneira que lhe é própria, constrói a totalidade da história – como se ela tivesse de ser deduzida a partir de seu conceito de humanidade. Em seguida, não satisfeito de ter de verificar se seu conceito é verdadeiro ou falso a partir do decurso do que realmente aconteceu, ele passa a adequar os eventos ao conceito. Ele reconhece a verdade da História [Geschichte] unicamente na medida em que ela se submete ao seu conceito [...]. Caso esse procedimento fosse correto, a História perderia toda a sua autonomia: ela seria simplesmente regida por um teorema da Filosofia [...]. Todo seu interesse desapareceria. (Ranke *apud* Martins, 2010: 204)

No esforço de autonomizar a história em relação à filosofia, Ranke chega a sugerir que a última, ao pretender explicar a primeira, produz um conhecimento atemporal:

Tudo que é digno de ser conhecido teria por objetivo apenas o saber em que medida o *principium philosophicum* se deixa comprovar. Em que medida se deu aquela continuidade do gênero humano concebida *a priori*. Só que não haveria mais qualquer interesse em nos aprofundarmos nas coisas do passado. Querer saber como se viveu e pensou numa dada época. (Ranke *apud* Martins, 2010: 205)

Em suma, a abstração, recurso do conhecimento para a construção do conceito, obstaculiza o encontro do real. Teria Ranke (1795-1886) lido Marx (1818-1883), na contundente crítica deste último ao inócuo diálogo entre ideias em detrimento das condições reais de subsistência dos povos, já que, na continuidade de sua reflexão, Ranke diz que:

A única diversidade possível consistiria num desdobramento de conceitos, numa dedução feita de cima para baixo – suficiente para que a História deixasse de gozar de autonomia, sem interesse em si mesma, e sua fonte vital se esgotaria. (Ranke *apud* Martins, 2010: 205)

Em Ranke reaparece a polêmica questão do universal *versus* o particular, aqui mediada pelo tratamento que os pensadores, segundo ele, dão ao tempo na observação da história:

[...] aquela [filosofia] coloca mais peso no interesse pelo universal, esta [história] no interesse pelo particular [...] por sua própria natureza, ela [filosofia] é profética, orientada para a frente; a História vê o que é bom e benéfico no existente, o qual tenta captar, e direciona seu olhar para trás. (Ranke *apud* Martins, 2010: 206)

A busca da especificidade dos fatos/fenômenos, através da delimitação do tempo/espço, que vai caracterizar os estudos históricos daí para frente, em oposição ao universalismo do olhar filosófico, aparece claramente no pensamento rankiano:

Enquanto o filósofo, observando a História a partir de seu campo, busca o infinito por meio do progresso, do desenvolvimento e da totalidade, a História reconhece o infinito em cada coisa viva, algo de eterno vindo de Deus em cada instante, em cada ser; é este seu princípio vital. (Ranke *apud* Martins, 2010: 206)

A especificidade dos fenômenos históricos implica necessariamente, nesse pensamento, a investigação do concreto. Em outras palavras, a história delimita os fenômenos para enxergar melhor sua concretude, e a concretude aparece porque a pesquisa histórica liberta-se das especulações filosóficas atemporais:

O próprio fenômeno, em e por si mesmo, será elevado à História por causa do seu conteúdo – mais importante: será salvo. A História dedica seus esforços ao concreto, e não apenas ao abstrato que nele estaria contido. (Ranke *apud* Martins, 2010: 207)

A sequência de exigências colocadas por Ranke para a realização da pesquisa em história mostra a construção do método. O autor fala em amor à verdade, o que pode ser lido como decorrência da crença na concretude dos fenômenos. Com efeito, se o fenômeno é concreto, existe; conhecê-lo é chegar à verdade; como procedimento metodológico para atingi-la, o documento. Como se sabe, a fonte documental torna-se o referencial de verdade. Por outro lado, a história não pode ser olhada apenas como uma sequência da guerra e da paz; outros “campos” deverão merecer a atenção do historiador; dessa exigência decorre a ideia rankiana de “nexo causal”, que não se resume à justaposição de fatos, mas significa uma relação de causa e efeito entre eles:

Existe uma articulação íntima entre causa e efeito –mesmo que não possamos datá-la, o nexo causal não está menos presente. Ele existe, e, pelo fato de existir, devemos procurá-lo e conhecê-lo. (Ranke *apud* Martins, 2010: 209)

Na história universal, continua Ranke, existem conflitos; ao historiador não é permitido defender uma posição dentre os conflitantes, mas cabe a ele compreender as razões das disputas. Esta premissa expressa o medo dos conservadores à revolução no conturbado século XIX. O autor diz claramente:

É certo que a História reconhece o princípio do movimento, mas como evolução e não como revolução; precisamente por essa razão ela reconhece o princípio da resistência. Somente onde o equilíbrio se mantém, sem que surjam essas lutas violentas e que a tudo devoram, é que pode a humanidade prosperar. (Ranke *apud* Martins, 2010: 212)

Ecos da Revolução Francesa, das revoluções de 1848, da Comuna de Paris?

Como última “exigência”, o autor fala em totalidade, palavra que veio a ser, posteriormente, estruturante do ideário da Escola dos *Annales*. Tem-se a impressão de que, também aqui, Ranke mostra uma hesitação entre o olhar universalizante das filosofias da história e o impulso que caracteriza sua proposta de recortar, por assim dizer, o curso dos acontecimentos de maneira a reconhecer de perto a vida de homens, grupos e povos. Sua explicação da ideia de totalidade dá a entender que a vê como tudo que acontece:

Vê-se como a história universal é algo tremendamente difícil. Que massa infinita! Quantos esforços entre si! Quanta dificuldade em captar uma individualidade! Desconhecendo tantas coisas, como haveríamos de identificar por toda a parte o nexo causal? Para não falar em fundamentar a essência da totalidade. Realizar plenamente essa tarefa é algo a meu ver impossível. Somente Deus conhece integralmente a história universal. (Ranke *apud* Martins, 2010: 212)

As propostas de Ranke emergem de um contexto específico da história das ideias, qual seja, o momento de apologia da ciência como a forma superior do conhecimento. Assim, o cientificismo do século XIX, herança do iluminismo setecentista, leva os pensadores das humanidades a almejar transformar suas áreas de estudo em ciência. A partir daí, as reflexões metodológicas dos historiadores alemães e franceses se desenvolverão neste sentido. Não foi outro o objetivo de Leopold von Rank.

Contemporâneo de Ranke, Johann Gustav Droysen (1808-1884) é outro expoente da historiografia alemã. O pensamento dos dois historiadores é convergente no que concerne às

questões fundantes daquela Escola, o que não exclui embates teóricos e rivalidades pessoais, como apontam seus intérpretes (Bentivoglio apud Droysen, 2009: 9). A convergência se dá justamente porque seus membros pertencem ao mesmo tempo histórico, respiram a mesma atmosfera, e os pensadores, como todo ser humano, se parecem com seu tempo.

No texto *Arte e Método*, de 1868, Droysen anuncia sua devoção à ciência, preconizando a construção de um método para a história, questão que ocupa um lugar central em seu pensamento. Nessa reflexão, faz a crítica da historiografia de seu tempo, engendrada tanto no estrangeiro, como na própria Alemanha.

O autor acusa de arte retórica o discurso, segundo ele, pretensamente historiográfico, que tem como foco eventos monumentais expostos em linguagem “esmaecida artisticamente”, com o objetivo voluntário de ser palatável pelo grande público; ao contrário, a arte do historiador trabalha com “o sumo das particularidades e a verdade que há em todas as realidades”. (Droysen apud Martins, 2010: 40)

A exaltação da verdade fica mais evidente quando ele critica aqueles que acreditam ser a história, ao mesmo tempo, ciência e arte. Ao identificar a ciência com a arte, o historiador compromete, a seu ver, a metodologia. Ou seja, é o método o que preocupa Droysen:

Também nós na Alemanha nos vangloriamos de já dispormos de uma literatura histórica que corresponda às necessidades populares; também entre nós já se adotou a perspectiva de que “a História é simultaneamente ciência e arte”. Só que, com isso, a questão metodológica – e é disso que tratamos – cai novamente na obscuridade. (Droysen apud Martins, 2010: 40)

Assim, arte e ciência são produções opostas, já que a arte expressa o que o criador deseja mostrar, e a ciência empírica mostra o fato dentro dos limites de sua existência. Para tanto, continua o autor, o recurso metodológico da ciência é a comprovação das fontes:

[...] a comprovação das “fontes” (a partir das quais nós criamos) é o fundamento de nossos estudos. Com isso, a relação da História com o passado foi alicerçada sobre um ponto cientificamente basilar. (Droysen apud Martins, 2010: 41)

Ainda dentro da preocupação com o método, o que, no fundo, é a busca pela cientificidade nos estudos históricos, Droysen vai polemizar com os que acreditam ser o modelo das ciências naturais o único modelo de ciência possível e que, portanto, a História deveria adotá-lo. Ao discordar dessa posição, o autor vai reforçar tanto a crítica às generalizações, quanto a aceitação das singularidades na explicação da História, o que se configura, é importante ressaltar, como uma das conquistas da historiografia, na medida em que estabelece um procedimento que leva ao recorte dos objetos de investigação, tornando possível o ofício do historiador a partir de então. Aos seus opositores diz:

Seria como se na região dos eventos históricos, isto é, da vida moral, somente o análogo fosse digno de atenção, e não também o anômalo, o individual, o livre-arbítrio, a responsabilidade, o gênio; como se não fosse uma tarefa científica buscar caminhos de pesquisa e verificação e de compreensão para os movimentos e efeitos da liberdade humana, da singularidade pessoal, não importando o quão pequeno ou grande seja o peso que se ponha nelas [...] Mas há de se encontrar métodos para que obtenhamos parâmetros e controles *objetivos* que permitam fundamentar, ajuizar e aprofundar estas concepções imediatas e subjetivas – especialmente porque, do passado, apenas dispomos de concepções registradas por outros autores ou fragmentos daquilo que um dia existiu, pois esse parece ser o sentido daquilo que por várias vezes se denominou *objetividade histórica*. (Droysen apud Martins, 2010: 44, grifos do autor)

Parece que, para Droysen, a objetividade pode abrigar subjetividades.

Pesquisar as obras históricas talvez seja a melhor forma de se conhecer a escrita da história de Droysen. Não obstante, em 1858, foi publicado seu *Manual de Teoria da História*, texto que

mostra claramente sua proposta de conhecimento histórico. Se se considerar quanta importância tem o método na composição de sua teoria da história, essa obra assume foros de manual de metodologia. Nela é detalhado, minuciosamente, o procedimento metodológico a ser adotado para se atingir, na História, o estatuto de ciência.

Apesar da rejeição à especulação filosófica no trabalho do historiador, aspecto basilar, como já visto, na escola historiográfica alemã, Droysen expressa profundas inquietações epistemológicas em relação à ciência histórica. A busca da cientificação da história harmoniza, neste pensador, a relação entre teoria e história; não há tensão, a teoria da história é o método científico aplicado aos estudos históricos:

Sintetizá-los [os métodos] em pensamentos comuns, desenvolver seu sistema e sua teoria e assim determinar as leis da pesquisa histórica, e não as leis da história: essa é de fato a tarefa da teoria da história. (Droysen apud Martins, 2010: 46)

A Novidade dos ‘Annales’

Ao lado da Alemanha, a França foi igualmente marcante para os estudos históricos no fim do século XIX. Em virtude de viverem os dois países o mesmo tempo histórico e o mesmo momento da história da historiografia ou por terem seus intelectuais intercambiado ideias, a produção dos alemães e dos franceses, em relação ao fazer histórico, é extremamente semelhante. É o que expressa a publicação francesa, fundada por Gabriel Monod e Gabriel Fagniez, em 1876, intitulada *Revue Historique*.

Os historiadores reunidos em torno desta revista formaram o que ficou conhecido como Escola Metódica, e sua produção foi vista por alguns como história positivista, não por serem “filiados” a Auguste Comte, muito pelo contrário, mas por suas propostas reivindicarem enfaticamente a revelação da existência concreta dos fatos históricos, dir-se-ia, sua positividade².

O artigo de abertura do primeiro número da revista, intitulado “*Progrès des Études Historiques en France depuis Le XVIème siècle*”, traz claramente a intenção dos fundadores de fazer e divulgar uma história livre das especulações filosóficas, com todas as características que isto implicava, consoante já se via na historiografia alemã: busca da verdade, concretude dos fatos, uso exaustivo das fontes documentais, aplicação rigorosa do método, transformação da história em conhecimento científico. A leitura do artigo, quase um manifesto, autoriza a considerar-se a Escola Metódica como uma radicalização das propostas dos alemães, evidenciada também no manual mais importante produzido pelo grupo, com significativa repercussão no Brasil, *Introdução aos Estudos Históricos*, escrito por Charles Langlois e Charles Seignobos e publicado no Brasil em 1946. A obra explica, descreve, fundamenta pormenorizadamente um método para a história; porém, se analisada em comparação ao manual escrito por Droysen com a mesma intenção pedagógica de difundir um método, nota-se um viés mais “técnico”, por assim dizer, no texto de Langlois e Seignobos em relação ao texto do historiador alemão, este carregando ainda nítidas influências das filosofias da história em suas inquietações epistemológicas a respeito dos estudos históricos³. Além da filosofia, os metódicos franceses polemizam com uma história vista por eles como monarquista, argumento usado para pregar a

² O termo “positivismo” é muito claro quando se refere ao pensamento de Augusto Comte, mas se torna confuso quando aplicado a uma forma de escrita da história que nada tem a ver com a filosofia da história comtiana. Por esse motivo, alguns estudiosos da história da história consideram abusivo seu uso para classificar a Escola Metódica. Optou-se aqui por falar em positividade para explicar-se esse “mal” uso, baseado na leitura de Paul Veyne sobre Foucault, em brilhante ensaio intitulado *Foucault revoluciona a história*, no qual Veyne explica o método de Foucault a partir do privilégio que este dá à prática em relação à metafísica para a análise da história. O apelo à concretude dos fatos históricos feito pelos metódicos talvez ajude a entender por que Paul Veyne afirma, logo no início de seu estudo, que Foucault “É o primeiro historiador a ser completamente positivista” (Veyne, Paul (1982), *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, p. 151).

³ Sobre comparação entre historiadores franceses e alemães, sugerindo aproximações, mas sobretudo diferenças, cf.: Reis, José Carlos (2006). *História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV.

neutralidade no fazer histórico, embora os estudiosos da historiografia constatem uma produção republicana em suas obras, o que os coloca plenamente inseridos no contexto de consolidação do Estado-nacional francês.

O intenso debate entre as ciências humanas no fim do século XIX e começo do XX produziu uma reação contra o excesso de descrição de fatos, expostos em uma temporalidade curta, da chamada história positivista. Essa reação, como se sabe, veio de um grupo também reunido em torno de uma revista, os *Annales*, que derrubou a hegemonia dos metódicos, disputando com sucesso o espaço nos estudos históricos, porém carregando algumas das conquistas metodológicas de seus antecessores. Pelo menos as três primeiras gerações, sobretudo a segunda, mantiveram com firmeza o ideal de construir uma história científica, embora a ideia de ciência tenha ganhado novos significados.

Estes novos significados trazem marcas do pensamento marxiano. Malgrado a negativa de alguns dos protagonistas do grupo e de vários de seus intérpretes, considera-se aqui grande a influência de Marx nas formulações dos “analistas”, tanto no que concerne às reflexões epistemológicas e aos questionamentos da temporalidade dos fatos/fenômenos, quanto sobre os procedimentos metodológicos. É significativo que Pierre Vilar, historiador considerado o marxista da Escola dos *Annales*, tenha dito em entrevista, em 1992, do alto de seus 86 anos e de sua condição de um dos maiores historiadores franceses do seu tempo, o seguinte sobre a relação marxismo/*Annales*:

[...] Para mim, enquanto os *Annales* conservarem como subtítulo e como proposição a sequência economia–sociedade–civilização, não perderemos o parentesco com o marxismo. (Vilar apud D’Alessio, 1998: 66)

Apesar de todas as conquistas do fazer histórico nos séculos XIX e XX, o impasse entre universalidade/particularidade, abstração/concretude, conceito/realidade, ciência/arte, em suma, o impasse entre teoria e história continua. Todo o esforço da reflexão sobre o conhecimento histórico vai no sentido de tirar a história da condição de discurso retórico e colocá-la em condições de igualdade com outros campos de investigação.

A tensão entre Teoria e História

Poder-se-iam situar na segunda metade do século XX as ideias contrárias à necessidade de dar estatuto de ciência à história, discussão que pode levar, inoportunamente, a certa valoração das formas do saber. Impossível não rememorar Aristóteles, que, conforme visto, hierarquiza o conhecimento, contrapondo universalidade, forma superior, própria da filosofia e da poesia, à singularidade, forma “menos nobre”, atribuída à história.

O importante, contudo, é perceber que existe uma relação entre a questão da cientificidade do conhecimento histórico e as escritas da história, já que o uso de generalizações conceituais interfere na construção do discurso historiográfico, o qual, nesta condição, aparece diferenciado da narrativa descritiva.

A questão da escrita da história é recorrente nas várias correntes de pensamento da contemporaneidade. Em suas reflexões a respeito do historicismo de Popper, Patrick Gardiner, nos anos 1960, preocupa-se em mostrar como os historiadores escrevem a história, enxergando este tema como um dos mais discutidos pelos filósofos. Dentro dessa questão, a grande problemática para Gardiner é também a cientificidade da história, tendo como ponto de partida a singularidade dos fenômenos históricos e a conseqüente dificuldade de generalizações:

O uso de conceitos “unificantes” [...] a fim de agrupar ou situar os acontecimentos históricos, pode ter, como argumenta Dray, uma função explicativa importante: e embora as interpretações deste tipo não sejam habitualmente dadas em respostas a perguntas como “Por que (ou como) isto aconteceu?”, daí não se segue que, à sua maneira, elas não expliquem. O que acaba de ser dito é talvez suficiente para mostrar, em termos gerais, alguns dos aspectos da produção histórica que

atraíram, recentemente, a atenção dos filósofos. O trabalho deles tem-se orientado, em grande parte, no sentido de pôr em relevo os caracteres distintivos da história, de preferência a tentar absorver os estudos históricos dentro dos moldes de um quadro sinóptico do conhecimento humano, sugerido pela forma de proceder das ciências naturais. (Gardiner, 2008: 332)

Assim, o que está em questão são o uso de generalizações em história e, conseqüentemente, a defesa da especificidade desta área do conhecimento no que concerne à construção de seu raciocínio e de sua narrativa. Em última análise, isso significa discutir a tensão entre teoria e história.

Retome-se Karl Popper, trazido por Gardiner a esta discussão por meio da crítica do primeiro ao chamado historicismo. Popper defini o historicismo como

a doutrina segundo a qual faz parte das atribuições das ciências sociais apresentar profecias históricas, e que as profecias históricas nos são necessárias se é nosso desejo orientar a política de um modo racional. (Popper apud Gardiner, 2008: 335)

Popper vê o historicismo como muito presente no pensamento filosófico de sua época e, embora considere o marxismo sua forma emblemática, esclarece:

sempre que menciono o Marxismo, tenho também em mente muitas outras filosofias da história, pois vou tentar criticar um determinado método histórico, considerado válido por muitos filósofos, antigos e modernos, de ideias políticas muitíssimo diferentes das de Marx. (Popper apud Gardiner, 2008: 335)

O argumento mais forte do autor contra o que considera historicismo consiste em afirmar que só se pode fazer previsão quando se tem um sistema estacionário, no qual as fases se repetem, como o sistema solar, a partir do qual se fazem profecias a respeito dos eclipses e da regularidade das estações. Ao contrário, sobre os fenômenos sociais não há possibilidade de previsões, pois a

sociedade está em evolução. A sua evolução não é, de um modo geral, de repetição [...] não são de repetição os aspectos mais flagrantes da evolução histórica. As condições vão se alterando, e (em consequência, por exemplo, de novas descobertas científicas) vão surgindo situações que são muito diferentes de tudo quanto até agora aconteceu. (Popper apud Gardiner, 2008: 339-340)

Como se observa, está presente na insistente crítica ao historicismo, no século XX, o reconhecimento da singularidade dos fenômenos sociais, poderoso argumento contra a utilização da teoria nos estudos históricos.

O autor Frank R. Ankersmit escreve um texto intitulado *Historicismo, pós-modernismo e historiografia*, no qual parece dar continuidade à linha de interpretação de Popper relativamente à crítica ao historicismo. Esta crítica é o objetivo fundamental do referido texto e, de resto, serve muito bem ao propósito das reflexões aqui urdidas.

Ankersmit atribui ao historicismo um olhar a-histórico sobre a realidade, na medida em que o seguidor desta linha de reflexão coloca-se fora do tempo em sua atividade investigativa, como se os agentes sociais e o produto de seu conhecimento não deveriam ser, eles próprios, historicizados. O objetivo desse distanciamento temporal por parte do pesquisador é, segundo o autor, encontrar um fundamento epistemológico sólido para o conhecimento histórico, necessidade instituinte do historicismo, já que esta solidez significaria a estabilidade que referencia a análise dos fatos/fenômenos históricos ao construir um passado portador de uma unidade coerente.

O contraponto do historicismo, para Ankersmit, é o pós-modernismo. Apesar da antinomia entre as duas visões, ambas trabalham com a ideia de alteridade, mas com usos totalmente distintos: o historicista estabelece a diferença entre o pesquisador e o fato pesquisado, colocando o primeiro como distanciado do segundo por encontrar-se fora do tempo do desenrolar histórico e situado em lugar transcendental, criando, assim, um sujeito histórico deshistoricizado; o pós-

modernista coloca-se diferente do objeto pesquisado porque ele próprio está sujeito à ação do tempo, de outro tempo, o que resulta em historicização do sujeito social e do conhecimento por ele produzido:

Com Gadamer, precisamos reconhecer que “só conhecemos historicamente porque nós mesmos somos históricos”. Em suma, tudo aquilo que (na tradição modernista-historicista) era transcendental, precisa ser agora historicizado. (Ankersmit, 2009: 98)

Ou seja, para Ankersmit, apoiado em Gadamer, o historicismo precisa criar situações históricas estáveis, vale dizer, fora do tempo, para a partir delas explicar o desenrolar histórico dos fenômenos pesquisados; ao contrário, o pós-modernismo tudo submete à ação do tempo, até mesmo as leituras – e os leitores – que se fazem da história.

Dando continuidade à sua reflexão, o autor discute a importância da contextualização para o historicismo, mostrando a descontextualização praticada pela escrita pós-moderna, o que significa o não reconhecimento da articulação entre dimensões do real, as “partes” do objeto investigado sendo vistas em sua autonomia. Trata-se de um golpe na ideia de estrutura e/ou totalidade, recurso epistemológico de organização do real praticado pelo marxismo e pela Escola dos Annales. Os críticos do contexto vêem este recurso como estabilidade a-histórica.

Dentro desse “combate” a todo tipo de estabilidade, encontrou-se na reflexão de Ankersmit uma referência à epistemologia trazida pela escrita pós-moderna da história, que ele classifica de nova em contraposição àquela que seria tradicional, ou seja, as buscas epistemológicas anteriormente praticadas. Como a historiografia pós-moderna tem como objeto de investigação o texto histórico, a epistemologia daí decorrente deixa de buscar “um ‘fundamento’ para o conhecimento histórico”, na medida em que o próprio texto é historicizado, donde se conclui que, para o autor, fundamento significa princípio fundante (como o próprio nome sugere), portanto estável, a partir do qual o conhecimento se dá:

A epistemologia abdica com isso à sua tradicional presunção e à sua pretensão de poder proporcionar um “fundamento” para o conhecimento histórico. Ela é historicizada, contanto que a história da escrita da história se torne daqui para frente o fundamento da epistemologia. (Ankersmit, 2009: 106)

A historiografia como teoria da história

O texto acima analisado mostra, ao cabo, a emergência de uma nova forma de se pensar historiografia. No entanto, não é a única. Em 1984, com a publicação de *Les lieux de mémoire*, Pierre Nora anuncia novidades decisivas para uma resignificação da historiografia:

Un des signes les plus tangibles de cet arrachement de l’histoire à la mémoire est peut-être le début d’une histoire de l’histoire, l’éveil, en France tout récent, d’une conscience historiographique [...] Dans un pays comme la France, l’histoire de l’histoire ne peut être une opération innocente. Elle traduit la subversion intérieure d’une histoire-mémoire par une histoire-critique. Toute histoire est par nature critique, et tous les historiens ont prétendu dénoncer les mythologies de leurs prédécesseurs. Mais quelque chose de fondamental commence quand l’histoire commence à faire sa propre histoire. (Nora, 1984: 21, negritos nossos)

No ensaio, já bastante conhecido, intitulado *Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux*, ao explicar sua noção “lugares de memória”, Nora fornece elementos para a reflexão sobre as metamorfoses historiográficas ocorridas. Não se pretende aqui discorrer sobre a importante análise do autor em torno do binômio memória–história, o que já se fez em outra

ocasião⁴, mas apenas destacar fragmentos de seu pensamento que apontam para as referidas transformações.

De imediato advirta-se que a leitura que se faz de referido ensaio implica a aceitação do duplo significado da palavra história, qual seja, história-vivência e história-conhecimento. Assim, a história que faz sua própria história é a que reflete sobre a temporalidade do conhecimento histórico, ou seja, a historiografia, que passa assim a não só analisar as diferentes interpretações dos mesmos fatos, mas a se perguntar como e por que aquela visão foi construída. A referência das representações historiográficas construídas será sempre o real histórico, que esta abordagem acredita existir. Este procedimento dá *status* ontológico ao passado e função teórica à historiografia.

A reflexão acima proposta baseia-se na diferença feita por Pierre Nora entre memória e história: “Memoire, histoire: loin d’être synonyme, nous prenons conscience que tout les oppose” (Nora, 1984: 29). Para o autor existem a sociedade-memória (*collectivité-mémoire*) e a sociedade histórica. A sociedade-memória é a que vive memória, ou seja, não tem historicidade. O tempo não passa, vive-se o mesmo, como um ritual. A sociedade-histórica está em constante e rápida mutação; o passado passa e é diferente do presente.

A sensação de referenciais sempre perdidos leva à busca de estabilidades; as contínuas rupturas levam à busca de continuidade. Estabilidade e continuidade levam à construção dos “lugares de memória”: “Il y a des lieux de mémoire parce qu’il n’y a plus de milieux de mémoire”. (Nora, 1984: 17)

Há lugares de memória porque, na sociedade, tudo muda, não há continuidade, portanto, não há como os grupos se reconhecerem neles mesmos. Nas sociedades-memória –ditas primitivas ou arcaicas–, o grupo se reconhece nele mesmo porque a vida e as vivências se repetem, são iguais a elas mesmas:

Habiterions-nous encore notre mémoire, nous n’aurions pas besoin d’y consacrer des lieux. Il n’y aurait pas de lieux, parce qu’il n’y aurait pas de mémoire emportée par l’histoire. (Nora, 1984: 19)

É importante salientar que Nora pensa essas questões historicamente. Ele situa a passagem da sociedade-memória para a sociedade-histórica no momento do advento da industrialização, que leva à aceleração da história, e vincula a este processo a nação moderna, cuja consolidação é devedora de sua celebração pela historiografia. É ali que o conhecimento histórico perde a ingenuidade, ao reconhecer a passagem do tempo arrebatando estabilidades, logo tudo relativizando. O historiador já não habita a memória, o passado; a alteridade primeira do historiador é o reconhecimento do passado como “o outro”.

Evidencia-se, assim, que a história (historiografia) tem história e a história da história põe em questão o discurso historiográfico, dessacralizando-o. A memória celebra, a história questiona!

“On ne célèbre plus la nation, mais on étudie ses célébrations”. (Nora, 1984: 25)

Essas ideias autorizam a pensar-se que o estudo da historiografia pode ser considerado a teoria da história, uma vez que, ao dessacralizar o conhecimento histórico (historiografia), o historiador cria um meta-conhecimento, senão uma metafísica. É importante dizer que não se trata de uma abordagem que considera a história um texto, como pregam os pós-modernos; muito pelo contrário, pois, como já dito, a palavra “história” é sempre vista, aqui, nos seus dois significados, e a história-conhecimento só é pensada como teoria em sua relação com a história-vivida.

⁴ D’Alessio, Marcia Mansor (1992/1993). “Memória: leituras de M. Halbwachs e Pierre Nora”. En: *Revista Brasileira de História*. 13(25/26) setembro 92/agosto 93. São Paulo: Anpuh/Marco Zero.

REFERÊNCIAS

- Aristóteles (2007). *Arte Poética*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martins Claret.
- D'Alessio, Márcia Mansor (1992/1993). "Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora". *Revista Brasileira de História*, 13(25/26), setembro 92 / agosto 93. São Paulo: Anpuh/Marco Zero.
- Droysen, Johann Gustav (2010). "Arte e Método". En: E. R. Martins (2010), *A História Pensada. Teoria e método na historiografia do século XIX*. São Paulo: Contexto.
- Gardiner, Patrick (2008). *Teorias da História*. Tradução de Vitor Matos e Sá. 6ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Langlois, C-V & Seignobos, C (1992). *Introduction aux Études Historiques*. Paris: Éditions Kimé.
- Ankersmit, Frank R (2009). "Historicismo, pós-modernismo e historiografia". En: J. Malerba (2009), *A História Escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto.
- Martins, Estevão de Rezende (2010). *A História Pensada. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto.
- Nagel, Ernest (1976). "Ciências Nomotéticas e Ciências Ideográficas". En: M. B. N. Da Silva, (1976), *Teoria Da História*. São Paulo: Cultrix.
- (2008) "Alguns Problemas da Lógica da Análise Histórica". En: P. Gardiner (coord.) *Teorias da História*. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nora, Pierre (1984). "Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux". En: P. Nora (1984), *Les lieux de Mémoire*, I. La République. Paris: Gallimard.
- (1993) "Entre Memória e História. A problemática dos lugares". En *Revista Projeto História*, 10. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Educ.
- (1962) "Ernest Lavisse: son rôle dans la formation du sentiment national". En: *Revue Historique*, Tome 228.
- (1988) "O retorno do Fato". En: J. Le Goff & P. Nora (1988), *História: Novos Problemas*. Tradução de Theo Sntiago. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.
- Piaget, Jean (1976) "As Ciências 'Nomotéticas' e as Ciências Históricas do Homem". En: M. B. N. Silva (1976), *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix.
- Ranke, Leopold Von (2010). "O Conceito de História Universal". Tradução de Sérgio da Mata. En: E. R. Martins (2010), *A História Pensada. Teoria e Método na Historiografia Europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto.

SOBRE O AUTOR

Marcia M. D'Alessio: É graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1970, e doutora em Histoire Du Monde Ouvrier Contemporains pela Universidade de Paris I - Pantheon - Sorbonne, em 1980. Foi orientada por Pierre Vilar, tendo defendido tese sobre o período Vargas: "problématique nationale et populisme dans le Brésil de Getúlio Vargas". Defendeu a Livre-Docência em novembro de 2011 na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Foi coordenadora da pós-graduação e professora assistente doutor na PUC-SP. Assumiu cargos em várias gestões da Associação Nacional de História (ANPUH) / Seccional SP, inclusive a presidência, no período entre 2006 e 2008. Atualmente é professora adjunta do curso de História da UNIFESP - Campus Guarulhos. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria da História e Historiografia e em História contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: história, historiografia, memória, identidade, cultura, nação, nacionalidade e Estado Nacional.